



# Diário da Assembléia

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 19 DE FEVEREIRO DE 1970

ANO IX

## 3.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura

### Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia

#### Legislativa do Estado do Paraná

##### DEPUTADOS ESTADUAIS

1 -	ARMANDO QUEIROZ	(ARENA)
2 -	TULIO VARGAS	(ARENA)
3 -	OLAVO FERREIRA	(ARENA)
4 -	JORGE SATO	(ARENA)
5 -	ALENCAR FURTADO	(MDB)
6 -	IGO LOSSO	(ARENA)
7 -	FRANCISCO ESCORSIN	(ARENA)
8 -	ABRAHÃO MIGUEL	(ARENA)
9 -	AGNALDO PEREIRA LIMA	(ARENA)
10 -	AMADEU PUPPI	(ARENA)
11 -	ANTÔNIO LOPES JÚNIOR	(ARENA)
12 -	ARTHUR DE SOUZA	(ARENA)
13 -	DAVID FEDERMANN	(ARENA)
14 -	EMILIO CARAZZAI	(ARENA)
15 -	ERNESTO MORO	(ARENA)
16 -	ERONDI SILVEIRO	(ARENA)
17 -	EURICO ROSAS	(MDB)
18 -	FABIANO BRAGA CORTES	(ARENA)
19 -	FUAD NACLI	(ARENA)
20 -	GABRIEL MANOEL	(ARENA)
21 -	HAROLDO BIANCHI	(ARENA)
22 -	IVO TOMAZONI	(ARENA)
23 -	JOAO MANSUR	(ARENA)
24 -	LEOPOLDO JACOMEL	(ARENA)
25 -	LUIZ CRUZ	(ARENA)
26 -	LUIZ MALUCELLI	(ARENA)
27 -	NELSON BUFFARA	(MDB)
28 -	OLÍVIO BELICH	(ARENA)
29 -	OLIVIR GABARDO	(MDB)
30 -	OVIDIO FRANZONI	(ARENA)
31 -	PAULO CAMARGO	(ARENA)
32 -	PINTO DIAS	(ARENA)
33 -	ROBERTO GALVANI	(ARENA)
34 -	ROBERTO WYPYCH	(ARENA)
35 -	SEME SCAFF	(ARENA)
36 -	SILVIO BARROS	(MDB)
37 -	LAURO MULLER SOARES	(ARENA)

##### COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente: Armando Queiroz de Moraes.

1.º Vice-Presidente: Tullio Vargas. 2.º Vice-Presidente: Olavo Ferreira.

3.º Secretário: Jorge Sato. 2.º Secretário: Alencar Furtado. 3.º Secretário: Igo Iwant Lossó. 4.º Secretário: Francisco Escorsin.

##### LIDERANÇAS

ARENA — Líder: Erondi Silveiro e Vice-Líder: Antônio Lopes Jr.

M.D.B. — Líder: Eurico Batista Rosas — Vice-Líder: Olivir Gabardo.

##### COMISSÕES TÉCNICAS

##### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

ARENA — Emilio Carazzai — Presidente.

M.D.B. — Silvio Barros — Vice-Presidente.

ARENA — Ivo Thomazoni — Antônio Lopes Júnior — Igo Lossó — Abrahão Miguel — Ovidio Franzoni — Roberto Wypych — Paulo Camargo — Luiz Cruz.

M.D.B. — Olivir Gabardo.

Suplentes:

ARENA — Haroldo Bianchi — Fabiano Braga Cortes — Arthur de Souza — Amadeu Puppi — Paulo Poli — Luiz Renato Malucelli — David Federmann — Francisco Escorsin — Roberto Wypych — Roberto Galvani — Ernesto Moro.

M.D.B. — Eurico Rosas — Nelson Buffara.

Secretaria — Maria Amália O. de Oliveira.

Reuniões — quintas-feiras.

##### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

ARENA — Fuad Nacli — Presidente.

M.D.B. — Silvio Barros — Vice-Presidente.

ARENA — Gabriel Manoel — Paulo Poli — David Federmann — Roberto Galvani — Luiz Renato Malucelli.

Suplentes:

ARENA — Francisco Escorsin — Agnaldo Pereira Lima — Leopoldo Jacomel — Ernesto Moro Redeschi — Luiz Cruz — Pinto Dias.

M.D.B. — Nelson Buffara.

Secretaria — Elcy Silva Batista.

Reuniões — Condicionada à existência de matéria de sua competência.

##### COMISSÃO DE FINANÇAS

ARENA — Leopoldo Jacomel — Presidente.

ARENA — João Mansur — Vice-Presidente.

ARENA — Olivio Belich — Seme Scaff — Ernesto Moro — Roberto Galvani.

M.D.B. — Eurico Batista Rosas.

Suplentes:

ARENA — Antônio Lopes Júnior — Ovidio Franzoni — Haroldo Bianchi — Ernesto Moro Redeschi — Ivo Thomazoni — Gabriel Manoel.

M.D.B. — Silvio Barros.

Secretário — Lélio Guimarães Soto Maior.

Reuniões — quintas-feiras.

##### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS

##### TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES

ARENA — Arthur de Souza — Presidente.

ARENA — Pinto Dias — Vice-Presidente.

ARENA — Haroldo Bianchi — Igo Lossó

M.D.B. — Eurico Batista Rosas.

Suplentes:

ARENA — Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorsin — Igo Lossó — Olivio Belich.

M.D.B. — Nelson Buffara.

Secretário — Roberto D. Sátyro.

Reuniões — Condicionada à existência de matéria de sua competência.

##### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

ARENA — Antônio Lopes Júnior — Presidente.

MDB — Nelson Buffara — Vice-Presidente.

ARENA — Leopoldo Jacomel — David Federmann.

ARENA — Luiz Cruz.

Suplentes:

ARENA — Abrahão Miguel — Luiz Renato Malucelli — Amadeu Puppi — Seme Scaff.

M.D.B. — Silvio Barros.

Secretário — Ney Rodrigues.

Reuniões — sextas-feiras.

##### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

ARENA — Leopoldo Jacomel — Presidente.

ARENA — Luiz Renato Malucelli — Vice-Presidente.

ARENA — Fabiano Braga Cortes — Olivio Belich.

M.D.B. — Nelson Buffara.

Suplentes:

ARENA — Arthur de Souza — Abrahão Miguel — Emilio Carazzai — Agnaldo Pereira Lima.

M.D.B. — Eurico Batista Rosas.

Secretário — Ivo Gusso.

Reuniões — Condicionada à matéria.

##### COMISSÃO DE REDAÇÃO

ARENA — Ivo Thomazoni — Presidente.

M.D.B. — Olivir Gabardo — Vice-Presidente.

ARENA — Roberto Galvani — Agnaldo Pereira Lima — Abrahão Miguel.

Suplentes:

ARENA — Gabriel Manoel — Fabiano Braga Cortes — Ovidio Franzoni — João Mansur.

M.D.B. — Silvio Barros.

Secretário — Antonio Lacerda Braga Neto.

Reuniões — Condicionada à existência de matéria de sua competência.

##### COMISSÃO DE POLÍCIA

ARENA — Paulo Camargo — Presidente.

M.D.B. — Nelson Buffara — Vice-Presidente.

ARENA — Ernesto Moro Redeschi — Roberto Galvani — Haroldo Bianchi.

Suplentes:

ARENA — Luiz Cruz — Luiz Renato Malucelli — Igo Lossó — Pinto Dias.

M.D.B. — Eurico Batista Rosas.

Secretário — José Tavares do Canto Filho.

Reuniões — 2.ª, 4.ª e 6.ª feiras.

##### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

ARENA — Ovidio Franzoni — Presidente.

ARENA — Amadeu Puppi — Vice-Presidente.

ARENA — Paulo Camargo — David Federmann.

M.D.B. — Nelson Buffara.

Suplentes:

ARENA — Emilio Carazzai — Haroldo Bianchi — Ernesto Moro Redeschi — Igo Lossó.

M.D.B. — Eurico Batista Rosas.

Secretário — Loris Cordeiro de Barros.

Reuniões — Condicionadas à existência de matéria de sua competência.

## COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

ARENA — Paulo Poli — Presidente.  
 ARENA — Roberto Wypych — Vice-Presidente.  
 ARENA — Gabriel Manoel — Abrahão Miguel.  
 M.D.B. — Silvio Barros.  
 Suplentes:

ARENA — Olivio Belich — Roberto Galvani — Ovídio Franzoni — Luiz Cruz.  
 M.D.B. — Olivio Gabardo.  
 Secretário: — Alberto Carazzai Neto.  
 Reuniões: —

## COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

ARENA — David Federmann — Presidente.  
 M.D.B. — Olivio Gabardo — Vice-Presidente.  
 ARENA — Arthur de Souza — Igo Losso — Fuad Nacli.  
 M.D.B. —

Suplentes:  
 ARENA — Ernesto Moro — Luiz Cruz — Luiz Roberto Malucelli — Olivio Belich.  
 M.D.B. — Silvio Barros.  
 Secretário: — Gilberto Felix da Silva.  
 Reuniões: — 3.a e 5.a feiras.

## COMISSÃO DE TURISMO

ARENA — Luiz Renato Malucelli — Presidente.  
 M.D.B. — Eurico Batista Rossas — Vice-Presidente.  
 ARENA — Seme Scaff — Antônio Lopes Júnior — Ovídio Franzoni.  
 Suplentes:  
 ARENA — João Mansur — Francisco Escorsin — Leopoldo Jacomet — Haroldo Bianchi.  
 M.D.B. — Nelson Buffara.  
 Secretário: — Maria Stella M. do Amaral Gurgel.  
 Reuniões: —

## COMISSÃO ESPECIAL PARA ELABORAÇÃO DO ANTEPROJETO DE ADAPTAÇÃO CONSTITUCIONAL

ARENA: Abrahão Miguel — Presidente; Antonio Lopes Junior — Túlio Vargas — Luiz Renato Malucelli. MDB: José Alencar Furtado — Olivio Gabardo. Secretária: Elcy Silva Batista.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

## DECRETO LEGISLATIVO N. 105-68

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista a criação do Departamento de Finanças, Contabilidade e Pessoal, de acordo com a autorização constante do protocolado sob o n. 1019, de 7 de fevereiro de 1.968,

## RESOLVE:

atribuir, a partir de 5 de janeiro do corrente ano de 1.968, tendo em vista o art. 7.º, § 1.º, inciso VIII, letra a e o Art. 23, do Decreto Legislativo n. 573-67 de 29 de dezembro de 1.967, aos funcionários adiante relacionados, as seguintes gratificações:

## GABINETE DA DIRETORIA DO DEPARTAMENTO

João Kucak Levandoski — Gratificação de representação de Auxiliar de Gabinete.

## DIVISÃO DE CONTABILIDADE

João Fernando Tataru Ribas — Chefe da Divisão — Gratificação de função correspondente ao símbolo 2-F.  
 José Paulo Orth — Chefe da Seção de Contabilidade Geral — Gratificação correspondente ao símbolo 4-F.  
 Bolivar Camargo Barros — Chefe da Seção de Orçamento, Empenhos e Requisições — Gratificação correspondente ao símbolo 4-F; e,  
 Percy Tamplin — Chefe da Seção de Contas — Gratificação correspondente ao símbolo 4-F.

## DIVISÃO DE TESOUREARIA E PAGADORIA

Antonio Carlos Ithier da Cunha — Tesoureiro — Gratificação correspondente ao símbolo 1-F; e, gratificação de representação de Tesoureiro.  
 Luiz Rüppel Bittencourt — Gratificação de Pagador, correspondente ao símbolo 3-F.  
 Ayned Maria Reinert Tozzol — Gratificação de Auxiliar de Pagador correspondente ao símbolo 3-F.

## DIVISÃO DE PESSOAL

Silvio Rodolfo Liegel — Chefe da Divisão — Gratificação correspondente ao símbolo 2-F.  
 José Olímpio Sotto Maior Macedo — Chefe de Seção de Cadastro de Pessoal — Gratificação correspondente ao símbolo 4-F.  
 Zelma Lopes Wojcik — Chefe da Seção de Regime Legal — Gratificação correspondente ao símbolo 4-F.  
 Mario Henrique Cruz — Chefe da Seção de Fôlhas de Pagamento e Controle Financeiro — Gratificação correspondente ao símbolo 4-F.  
 Palácio "Dezenove de Dezembro", em 7 de fevereiro de 1.968.  
 JOAO MANSUR — PRESIDENTE  
 ERONDY SILVERIO — 1.º Secretário  
 SENVAL MARTINS DE ARAUJO — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N. 68-69

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

## RESOLVE:

responder a pedido, o Contrato de Trabalho firmado entre as Assembleias Legislativa e Paulo Roberto Camargo Caetano Diniz.  
 Palácio "Dezenove de Dezembro", em 26 de fevereiro de 1.969.  
 ERONDY SILVERIO — Presidente  
 ANIBAL KHURY — 1.º Secretário  
 ROBERTO GALVANI — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N. 125-69

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

## RESOLVE:

Art. 1.º — Todos os funcionários do Quadro do Pessoal da Secretaria desta Assembleia, com exceção dos Diretores, estão obrigados, a partir desta data à assinatura de livro ponto, no horário normal de início e fim de expediente.

Parágrafo Único — Os livros ponto serão recolhidos no Gabinete do Primeiro Secretário, quinze (15) minutos após o horário fixado para o início de expediente, retornando aos respectivos Departamentos, ao fim do período de trabalho.

Art. 2.º — Durante o expediente, o funcionário somente poderá ausentar-se do recinto da Assembleia mediante ordem escrita expedido pelo Primeiro Secretário, ou quando este não se encontrar na Casa, pelo Segundo Secretário.

Parágrafo Único — No caso de ausência de funcionários lotados no Gabinete de representação da Presidência, 1.a e 2.a Secretarias, a autorização será expedida pelo respectivo titular.

Art. 3.º — A Primeira Secretária fará baixar, através de Portarias, normas complementares para a execução deste Decreto.

Art. 4.º — A infração às determinações deste Decreto, acarretará a imediata aplicação das sanções estatutárias contra o funcionário infrator.

Art. 5.º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de março de 1.969.

ARMANDO QUEIROZ DE MORAES — Presidente

JORGE SATO — 1.º Secretário

JOSE ALENCAR FURTADO — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N. 126-69

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

## RESOLVE:

Art. 1.º — Consideram-se Gabinetes da Aliança Renovadora Nacional — "ARENA" — e do Movimento Democrático Brasileiro — "M.D.B.", todas as salas ocupadas pelos Deputados integrantes das respectivas representações partidárias.

Art. 2.º — Mediante autorização do Primeiro Secretário, o Diretor Geral lotará nesses Gabinetes os funcionários necessários ao atendimento dos seus serviços.

Art. 3.º — O regime de trabalho dos funcionários lotados nos Gabinetes será o mesmo vigente para os demais funcionários da Secretaria deste Poder.

Art. 4.º — Esse Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de março de 1.969.

ARMANDO QUEIROZ DE MORAES — Presidente

JORGE SATO — 1.º Secretário

JOSE ALENCAR FURTADO — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N. 238-69

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 2460-69, de 29 de abril de 1969, deste Poder,

## RESOLVE:

exonerar a pedido, a partir de 1.º de maio de 1.969, Francisco Botelho Nêia, ocupante do cargo de Auxiliar Técnico, nível PL 20 do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 6 de maio de 1.969.

ARMANDO QUEIROZ DE MORAES — Presidente

JORGE SATO — 1.º Secretário

JOSE ALENCAR FURTADO — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N. 250-69

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

## RESOLVE:

designar os funcionários adiante relacionados, para exercerem as seguintes funções junto ao Gabinete da Diretoria Geral, percebendo gratificação de representação:

Adairton Borges dos Santos — Oficial de Gabinete

Leonilda Bittencourt — Auxiliar de Gabinete.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 19 de maio de 1.969.

ARMANDO QUEIROZ DE MORAES — Presidente

JORGE SATO — 1.º Secretário

JOSE ALENCAR FURTADO — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N. 251-69

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

## RESOLVE:

designar os funcionários abaixo relacionados, para exercerem junto ao Gabinete da Diretoria Geral as seguintes funções, percebendo gratificação correspondente:

Adairton Borges dos Santos — Oficial de Gabinete ..... 3-F

Walter José Peixer — Auxiliar de Gabinete ..... 6-F

Francisco Taboria Ribeiro — Motorista ..... 6-F

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 19 de maio de 1.969.

ARMANDO QUEIROZ DE MORAES — Presidente

JORGE SATO — 1.º Secretário

JOSE ALENCAR FURTADO — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N. 252-69

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

## RESOLVE:

autorizar os funcionários Adairton Borges dos Santos e Francisco Taboria Ribeiro a prestarem serviços extraordinários no Gabinete da Diretoria Geral, percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) dos respectivos vencimentos, o primeiro a partir de 1.º de março e o segundo a partir de 1.º de maio do corrente ano.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 19 de maio de 1.969.

ARMANDO QUEIROZ DE MORAES — Presidente

JORGE SATO — 1.º Secretário

JOSE ALENCAR FURTADO — 2.º Secretário



**3.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura**  
**Ata da 264.ª Sessão Ordinária**  
**(Convocação Extraordinária)**  
**Realizada em 19 de Fevereiro de 1970**

Presidência do sr. deputado Armando Queiroz, secretariada pelos srs. deputados Jorge Sato e Alencar Pardo.

A hora regimental é realizada a presença dos seguintes srs. deputados: Armando Queiroz, Tullio Vargas, Olavo Ferreira, Jorge Sato, Alencar Pardo, João Lasso, Francisco Escorsin, Abraham Miguel, Agnaldo Pereira Lima, Antonio Puppi, Antônio Lopes Júnior, Arthur de Souza, David Federmann, Paulo Covazzi, Erondy Silverio, Eurico Rosas, Fabiano Braga Côrtes, Fúad Nadi, Gabriel Manoel, Haroldo Bianchi, Ivo Tomazoni, João Mansur, Leopoldo Jacomet, Luiz Malucelli, Nelson Buffara, Olívir Gabardo, Ovídio Franzal, Paulo Canizvo, Paulo Poli, Pinto Dias, Roberto Galvani, Roberto Wyppich, Sérgio Scaff e Silvio Barros (34); achando-se ausentes os seguintes srs. deputados: Ernesto Moro, Luiz Cruz, Olívio Belich e Lauro Soares (4).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**MESSAGEM:**

MESSAGEM: 370

Curitiba, 13 de fevereiro de 1970

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para fins constitucionais, o incluso ante-projeto de lei dispondo sobre autorização a fim de que o Poder Executivo possa obter empréstimos externos até o montante de NCr\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de cruzeiros novos) ou valor equivalente em moeda estrangeira, destinados a atender ao custeio com implantação básica, pavimentação e estudos de engenharia, de obras rodoviárias estaduais, constantes do Plano Diretor elaborado pelo GEIPOP, em colaboração com o EIRD, para o decênio de 1.966-1.967.

O Plano de Lei ora submetido a exame desta augusta Assembleia Legislativa é altamente significativo, pois visa suplementar recursos financeiros destinados a obras a cargo do Departamento de Estradas de Rodagem, onde, como é de conhecimento geral, a Administração Pública vem concentrando grandes esforços no sentido de que, ainda no decurso deste ano, sejam iniciadas e concluídas novas obras rodoviárias, fato que, sem a menor sombra de dúvida, será motivação a que o Estado do Paraná apresente um desenvolvimento em índices nunca antes verificados em nosso Estado.

Por outro lado, merece destacar que o ante-projeto contém disposições expressas de que, na execução da matéria, deverão ser rigorosamente obedecidos os preceitos da Legislação Federal, aplicáveis à espécie, como sejam os Decretos-Lei ns. 185-57 e 200-67.

Assim sendo e tendo em vista tratar-se de matéria relevante e que consulte plenamente aos superiores interesses da Administração, solicitamos a Vossa Excelência, como, aliás, está previsto na Mensagem Governamental n. 1-70, de 23 de janeiro do corrente ano, seja o ante-projeto de lei em questão incluído na pauta relativa ao período de reuniões extraordinárias dessa Colenda Casa de Leis.

Certo de que a solicitação ora formulada merecerá dessa augusta Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de distinta consideração.

PAULO PIMENTEL — Governador do Estado

**ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a obter empréstimos externos até o montante de NCr\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de cruzeiros novos) ou valor equivalente em moeda estrangeira, considerada a cotação cambial da data desta lei, para atender ao custeio com implantação básica, pavimentação e estudos de engenharia, de obras rodoviárias estaduais, constantes do Plano Diretor elaborado pelo GEIPOP, em colaboração com o EIRD, para o decênio 1966/1976.

Parágrafo único — Para obtenção de empréstimos a que se refere a presente lei, fica o Governo do Estado, Banco do Estado do Paraná S.A. e/ou Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A., autorizados a emitir notas promissórias até o valor previsto no artigo 1.º negociáveis, transferíveis e com o aval do Tesouro do Estado, ou pelo Banco do Estado do Paraná S.A., ou ainda pelo Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A., respeitadas quanto a estas as limitações legalmente impostas referentes ao capital juro e taxas adicionais, em favor de financiadores estrangeiros.

Art. 2.º — A operação de crédito a que se refere o artigo 1.º deverá obedecer as normas estabelecidas pelo Governo Federal, através seus órgãos competentes, inclusive no que se refere a juros, taxas, comissões, carência e prazos.

§ 1.º — Os ônus tributários sobre o pagamento do principal e juros, ficará a cargo do mutuário final da operação de crédito.

§ 2.º — O pagamento das taxas adicionais de expediente, abertura de crédito e seguro de crédito, calculados sobre o capital e juros será suportado pelo Estado até o limite de 3,2% (três vigula dois por cento), devendo constar nos Orçamentos Plurianuais de Investimentos a previsão de desembolso.

Art. 3.º — Para efeito da amortização e resgate, nos Orçamentos Plurianuais de Investimentos, constarão dotações anuais, obedecidos os critérios de amortização do valor a ser contratado, em função desta lei.

Art. 4.º — Nos termos da legislação em vigor e respeitadas as disposições da presente lei, o Governo do Estado procederá a contratação dos serviços, obedecidos os critérios do Decreto-Lei n. 200 do Governo Federal.

§ 1.º — Será procedida pré-qualificação das empresas, destinadas a proporcionar a plena capacidade dos interessados, para a execução da obra a ser contratada.

§ 2.º — No julgamento das propostas apresentadas pelas empresas qualificadas nos termos do parágrafo 1.º, levar-se-á em conta, no interesse público, as condições de qualidade, rendimento, preço e prazos, bem como

comprovação de que a empresa proporciona condições favoráveis, para a obtenção do empréstimo, que nos termos da presente lei, vier a ser tomado pelo Poder Executivo.

§ 3.º — Os serviços serão contratados com base na Tabela de Preços do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, aprovada pelo Conselho Executivo daquele órgão em 18-5-64, devidamente atualizada.

§ 4.º — As revisões de preços deverão obedecer rigorosamente as normas contidas na Legislação Federal (Decreto-Lei n. 185-57).

§ 5.º — Para impedir o retardamento das obras contratadas mediante financiamento externo, poderá o Poder Executivo colaborar na concessão dos mesmos recursos próprios, que correrão, por conta de dotação orçamentária específica.

Art. 5.º — O Poder Executivo poderá expedir instruções complementares quando necessárias ao fiel cumprimento desta lei.

Art. 6.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. — A C.C.J.

**OFÍCIOS:**

Sob o n. 9-70, do senhor Harry Guido Greipel, comunicando a esta Casa que em data de 31 de janeiro do corrente ano, assumiu o cargo de Prefeito Municipal de Piên — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n. 40-70, do senhor Agostino Florêncio Neto, comunicando que assumiu as funções de Prefeito Municipal de Engenheiro Beltrão, por ter o seu titular requerido licença de trinta (30) dias — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n. 6-70, do senhor Orides Begnossi, prefeito municipal de Flórida, comunicando haver assumido aquele cargo, em data de 31 de janeiro do corrente ano — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

Sob o n. 26-70, do senhor Jordão Belez, prefeito municipal de Cambira, comunicando haver assumido aquele cargo, em data de 31 de janeiro do corrente ano. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

Sob o n. 10-70, do senhor Vicente Nunes de Freitas, prefeito municipal de Nova América da Colina, comunicando haver assumido aquele cargo em data de 31 de janeiro do corrente ano. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

Sob o n. 1-70, do senhor José Franco Pellizzari, prefeito municipal de Bela Nova, comunicando sua investidura naquele cargo, em data de 2 do mês em curso. — Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.

Sob o n. 13-70, do senhor Loizel R. Bittencourt, prefeito municipal de Adrianópolis, comunicando haver assumido aquele cargo em data de 31 de janeiro do corrente ano. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

Sob o n. 10-70, do senhor Leonel Juliani, prefeito municipal de Mirassolva, comunicando haver assumido aquele cargo, em data de 31 de janeiro do corrente ano. — Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.

Sob o n. 1-70, do senhor Norðóvir Alcides de Oliveira, presidente da Câmara Municipal de Tijucas do Sul, comunicando haver sido eleito e empossada a nova Mesa que dirigirá os trabalhos legislativos daquela Câmara — Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.

Do senhor Osvaldo Camilo Mendes, presidente da Câmara Municipal de Guarapuava, comunicando haver sido eleito a nova Mesa que dirigirá os trabalhos legislativos daquela Câmara. — Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.

Sob o n. 1-70, do senhor Olair Tonial, presidente da Câmara Municipal de Palmas, comunicando que em data de 31 de janeiro do ano em curso, foi eleito a nova Mesa que dirigirá os trabalhos legislativos daquela Câmara. — Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.

Sob o n. 1-70, do senhor Valdomiro Pinto de Souza, presidente da Câmara Municipal de Rio Branco do Sul, comunicando haver sido eleito a nova Mesa que dirigirá os trabalhos legislativos daquela Câmara. — Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.

Sob o n. 1-70, do senhor Silvino Dul-Bô, presidente da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, comunicando haver sido eleito e empossada a Mesa Diretora daquela Casa para reger os trabalhos legislativos no decorrer de 1.970. — Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.

Sob o n. 7-70, do senhor Evandro Stelle Teixeira, vice-presidente da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, apelando a esta Casa, no sentido de que seja instaurado o mais brevemente possível uma agência do I.P.E. naquela cidade. O pedido prende-se ao fato de que o funcionalismo estadual em toda a região circunvizinha ao Município de Foz do Iguaçu, se encontra completamente sem assistência alguma, com sérios transtornos para os servidores do Estado e seus familiares. — Ao conhecimento da Casa.

Da Prefeitura Municipal de Iporã, convidando a Presidência desta Casa, para assistir as solenidades de posse e transmissão de cargo ao prefeito eleito senhor Augusto Rodrigues Gonçalves, e vereadores. — Ao conhecimento do sr. Presidente.

Sob o n. 1-2-70, do senhor Antenor Zanir, presidente da Câmara Municipal de Arapongas, comunicando haver sido eleito e empossada a nova Comissão Executiva que regerá os trabalhos daquela Câmara, no 2.º período legislativo de 1-2-70 a 31-1-71. — Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.

Sob o n. 8-70, do senhor Luiz Fernandes Leonardi, presidente da Câmara Municipal de Iporã, comunicando que em Sessão Especial realizada em 30 de janeiro do corrente ano, foi eleito e empossada a nova Mesa Diretora que dirigirá os trabalhos legislativos durante o período de 1970-1971. — Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.

Dos Bacharelados de 1969, convidando a Presidência desta Casa, para as solenidades de sua formatura a serem realizadas em 27 de fevereiro de 1970. — Ao conhecimento do sr. Presidente.

À Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Mandaguari, comunicando-lhe haver sido eleita e empossada a nova Diretoria que regerá os trabalhos daquela Associação, durante o exercício de 1970. — Ao Conselho da Casa. — Agradeça-se.

EMENDAS:

EMENDA

de adaptação à Constituição do Estado.

Acrescente-se às Disposições Gerais e Transitórias:

Art. — É assegurada a aposentadoria com proventos proporcionais ao tempo de serviço ao funcionário público estadual que contar com mais de vinte anos de serviço público contado para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade, desde que comprovado no prazo de um ano.

Sala de Sessões, 18 de fevereiro de 1970.

(a) Igo Losso

JUSTIFICATIVA:

Muitos são os funcionários que se dedicam a outras funções, públicas ou particulares e que contam com mais de vinte anos de bons serviços prestados ao Estado e que gostariam de dedicar-se, nesta fase de sua vida funcional, com o amadurecimento que a experiência lhes proporcionou, a um só setor de atividade. Também o Estado lucraria, pois pagaria proventos proporcionais ao tempo de serviço público, em lugar de vencimentos integrais a funcionários que já não se dedicam integralmente às funções públicas.

EMENDA

Ao Anteprojeto de Reforma Constitucional

Acrescente-se por onde couber:

Art. — Os funcionários públicos estaduais que tenham concluído, ou vierem a concluir curso de nível universitário, poderão ser providos no cargo correspondente, mediante requerimento a autoridade competente, após a conclusão do curso.

Sala de Sessões, 18 de fevereiro de 1970.

(a) Igo Losso

Justificativa

Muitos são os funcionários públicos que aperfeiçoando seus conhecimentos, procuram formar-se nos mais diversos setores do conhecimento humano.

A presente emenda facultativa, muito contribuiria para o melhoramento da qualidade funcional, com a expectativa muito justa, de uma carreira baseada no esforço do pretendente.

EMENDA

Ao Anteprojeto de Reforma da Constituição Estadual.

Acrescente-se ao Capítulo:

"Das Disposições Transitórias".

Art. — Todo o funcionário que estiver desviado de suas funções, há mais de dois anos na vigência da presente adaptação constitucional, será reclassificado na função que efetivamente venha exercendo, mediante requerimento do interessado ao órgão competente, ficando o Chefe do Poder Executivo autorizado a tomar as medidas necessárias para a concretização das mesmas.

Sala de Sessões, 18 de fevereiro de 1970.

(a) Igo Losso

Justificativa

Inúmeros funcionários do Estado estão desviados de suas funções originais, por absoluta necessidade de serviço, sem que obtenham qualquer vantagem ou compensação, a não ser o desejo de colaborar com a administração pública. Agora, que se apresenta esta oportunidade, justo seria que se corrigisse esta anomalia, regularizando a situação de alguns funcionários, que com suas dedicações, fazem jus a tal direito.

EMENDA

Ao ante-projecto de Reforma da Constituição.

Art. — Todo o funcionário público estadual, que tenha solicitado sua demissão, poderá ser readmitido, para o mesmo cargo mediante requerimento à autoridade competente, dentro de 90 (noventa) dias da promulgação da presente Constituição.

Sala de Sessões, 19 de fevereiro de 1970.

(a) Igo Losso

JUSTIFICATIVA:

Muitos bons funcionários solicitaram exoneração de cargos públicos, pedindo posteriormente suas readmissões. Justo seria se dar a oportunidade a aqueles que tenha grande prática, retornarem e continuarem auxiliando a administração.

O fato da estabilidade seria como que a garantia de capacidade equivalente ao concurso.

EMENDA

A Proposição n. 16-70.

Na Proposta da Emenda à Constituição do Estado, no Capítulo VI, Título V, "Das Disposições Gerais e Transitórias".

Substitua-se o Art. 149 e respectivo Parágrafo Único, pelo seguinte:

"Art. 149 — É assegurada pensão mensal de valor igual ao vencimento do cargo de Secretário de Estado, à viúva de ex-Governador, enquanto perdurar esse estado civil".

Sala de Sessões, em 19 de fevereiro de 1970.

(a) Pinto Dias

REQUERIMENTO:

Requerimento

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, nos termos regimentais e após ouvido o pleiteado,

considerando que a rua Pedro Ivo, no trecho compreendido entre as ruas João Negrão e Barão do Rio Branco, desde longo tempo — mais de 19 meses — se acha interditada, em razão das obras de canalização do rio Ivo;

b) que o tráfego dos veículos, desde o início dos trabalhos até hoje, está totalmente obstruído e, o uso da rua, aos pedestres no mencionado trecho, durante todo o tempo obstruído, quer pela natureza das obras, como pela maquinaria ali utilizada o que determina que aquele trecho da rua unicamente usado — com riscos e sacrifícios por pessoas ali levadas por imperiosas necessidades;

c) que, a obra ali programada, embora com o seu término já prerrogado por uma vez, novamente, se encor o novo prazo concedido sem ver a conclusão dos trabalhos, o que representa mais um longo período de paralisação de atividades normais;

d) que, aquele trecho de rua é, eminentemente comercial, sendo utilizado, em sua totalidade, por estabelecimentos que se dedicam aos mais variados ramos de comércio;

e) que, em razão das obras e do não cumprimento dos prazos para a sua definitiva conclusão, os comerciantes ali estabelecidos tem sofrido repetidas, sistemáticas, diárias e até insustentáveis prejuízos;

f) que, parte dos comerciantes desconhecia a realização das obras que ali se instalaram, e outras, ao se estabelecer confiava no cumprimento dos prazos de conclusão de trabalho, e, que, mesmo assim todos, numa elevada demonstração de espírito comunitário, tem arcado com permanentes prejuízos, suportando considerável carga de sacrifícios, sem levar qualquer contestação ou protesto;

g) que, cabe ao Poder Público estimular, por todas as formas entre outras as atividades comerciais e, que o caso, o estímulo só pode se fazer sentir através da diminuição, o quanto possível, do sacrifício e do prejuízo;

REQUER

a Vossa Excelência, sejam encaminhados veementemente apelos aos srs. drs. Paulo Cruz Pimentel e Omar Sabbag, chefes dos Poderes Executivos, respectivamente, do Paraná e de Curitiba, no sentido de que adotem providências a fim de que, o comércio estabelecido naquele trecho da rua seja isento de impostos, taxas e qualquer tributação municipal, nos exercícios de 1970 e 1971.

Sala de Sessões, em 19 de fevereiro de 1970.

(a) Alencar Furtado

O SR. PRESIDENTE — Está lida a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao sr. deputado Olavo Ferreira, primeiro orador inscrito para o Grande Expediente.

O SR. OLAVO FERREIRA — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Dois motivos nos trazem à tribuna, no dia de hoje. O primeiro deles diz respeito ao trabalho que apresentamos aqui, uma sugestão ao sr. Governador do Estado, a fim de que se criasse, através da Paranatur, em todo o Estado do Paraná, curso para os motoristas de praça.

Foi com surpresa — surpresa bastante agradável — que vimos, ontem, no "Diário do Paraná", notícias a esse respeito. E desejamos formular, neste instante, os sinceros agradecimentos a esse grande jornal da Capital que ouvimos vários motoristas de taxi, dos diversos pontos da cidade, procurando conhecer a opinião a respeito da proposição por nós apresentada nesta Casa.

Diz o jornal: "Motoristas de taxi aprovam curso e manual turístico". "Motoristas de taxi das estações rodoviária e ferroviária receberam bem as sugestões apresentadas à Assembleia Legislativa do Estado, pelo deputado Olavo Ferreira, e encaminhadas ao Governador do Estado, para que por intermédio da Paranatur, aqueles profissionais do volante tenham um curso de orientação turística. Visa o curso o aperfeiçoamento dos motoristas de praça no trato com os turistas, sendo ao mesmo tempo condutores e intérpretes, conhecedores dos pontos turísticos do Paraná. Todos os entrevistados ontem acham a medida muito importante, porque todo o turista é curioso e formula perguntas várias que nem sempre podem ser respondidas, já que o motorista não conhece bem a cidade e sua história. Sugerem, também, que seja criada uma rota turística para motoristas de táxis e que seja distribuído um manual com todo o histórico das principais obras de arte e de arquitetura de Curitiba e dos locais mais solicitados, como é o caso do Alto São Francisco".

As opiniões são várias, sr. Presidente, mas gostaria de ler apenas umas: "Conhecer Bem — Enquanto isso Alfredo Eugênio Pires, que tem ponto de taxi no Palácio Iguaçu, mas que atende também na Estação Rodoviária, diz que o concurso é importante porque o motorista de taxi deve conhecer os pontos turísticos da cidade e do interior e conhecer bem.

"Todo turista é curioso e faz perguntas, as mais diversas, que nós temos o dever de responder certo. Houve casos, adiantou Alfredo — em que turistas deixaram o taxi porque o motorista não conhecia nada do que era perguntado". Já levou turistas para Vila Velha, FURNAS e Ponta Grossa e saiu-se bem porque havia estudado um pouco a respeito destes pontos turísticos.

Nós ficamos satisfeitos em saber que a idéia trazida por nós a esta Casa foi bem recebida por esta laboriosa classe de motoristas. Quero agradecer de público aos srs. Nilton Farias, Antônio Souza, Alfredo Eugênio Pires, Flórida Alvaro Cardoso, Felix Rodrigues Garcia e Cláudio Venturi as opiniões apresentadas, aprovando a idéia da necessidade de um curso de motoristas para o Paraná, através da Embratur. Quando digo para o Paraná, é porque não é só para a Capital, mas para as principais cidades paranaenses, onde o turista, ao ser transportado pelo motorista possa receber informações a respeito da cidade, despertando assim mais o interesse para a vida turística do Paraná.

Sr. Presidente, o segundo assunto que trago a esta Casa considero bastante sério. Amanhã termina, nesta Casa, o prazo para a apresentação de emendas à Constituição do Estado. O prazo é curtíssimo. Têm os srs. Deputados apenas dois dias para poderem estudar o trabalho apresentado pela Comissão Especial, um prazo que mal dá para os srs. Deputados fazerem um estudo da nova Constituição que esta Casa irá aprovar na próxima semana. Seriam necessários, e acredito que esteja a opinião geral de todos os srs. Deputados, dez, quinze, vinte dias ou um mês, a fim de que nós pudéssemos colaborar para que o Paraná tivesse sua Constituição Estadual.

Confo plenamente no trabalho apresentado pela Comissão. É uma Comissão de srs. Deputados responsáveis e acredito que tenham feito o máximo possível, a fim de levar para a Constituição Estadual tudo aquilo que fosse necessário para que o Paraná se colocasse ao lado dos demais Estados, com uma Constituição a altura do seu prestígio junto à Federação Brasileira.

Entretanto, sr. Presidente, é de convir também que a Comissão teve tempo escasso para estudar e queríamos, nesta oportunidade, apresentar uma emenda que consideramos de grande importância e fazemos um apelo para que a Comissão estude com carinho, para que seja incorporada à nova Constituição Estadual.

Sr. Presidente, acredito firmemente, que grande parte dos srs. Deputados que hoje compõem esta Assembleia Legislativa passaram pelo curso primário, assim como, pelo curso médio, secundário, afinal, orientados por professores leigos. Acredito, sr. Presidente, que a orientação dadas por imprevistos mestres, mas esforçados mestres, contribuíram de maneira decisiva



para a formação educacional, não só nossa, mas também dos nossos filhos. Tenho dois filhos, sr. Presidente, ambos tiveram sua educação primária com professores leigos. Ambos, passaram por colégios, por ginásios, também com professores leigos; hoje são formados, e rendo as minhas homenagens a estes professores leigos que muito contribuíram para a formação intelectual dos nossos filhos.

Sr. Presidente, hoje o Paraná depende 70% do magistério suplementarista, aquele que não fez a Faculdade de Filosofia, aquele que durante todos estes anos, sem que o Paraná pudesse alcançar o número de escolas suficientes para a formação do professor licenciado, vem fazendo com que o Paraná possa oferecer ao Brasil homens devidamente instruídos pela orientação criteriosa, experimentada desses professores e suplementaristas. E não seria justo, sr. Presidente, na hora da apreciação e votação da Constituição Estadual, esqueçermos esta classe que representa 70% do magistério. Aqueles que há cinco, há dez anos, estão dando muito de si para o ensino do Paraná. Eles são estáveis, eles precisam ser efetivos, eles precisam ter garantias. Naturalmente, que isso poderá chocar aqueles que são licenciados, que sempre trabalharam com boa vontade, mas são professores que durante muitos anos deram sua experiência, deram sua contribuição efetiva e positiva, estão há 15 anos no Magistério, têm o curso feito pela CADES, é um registro definitivo do Magistério de Educação, e estão plenamente habilitados a exercer o magistério do Ensino Médio.

Sr. Presidente, e não esquecendo do professor suplementarista é que nós apresentamos uma emenda, e tenho certeza que irá ser aprovada por esta Casa, porque o relator da Comissão Estadual é o nobre deputado Antônio Lopes Junior, ilustre deputado e professor, que deve sentir muito mais do que eu, na própria carne, a luta do magistério, principalmente, deste magistério desamparado, que é o suplementarista.

Eu tenho absoluta certeza de que o seu relator, que é professor, assim como todos aqueles que aqui estão e que no interior sabem o papel importante do professor suplementarista, que se o professor suplementarista deixar de dar aulas 90% dos nossos ginásios fecharão. Portanto, sr. Presidente, em não esquecendo desta classe, fazendo justiça a esta classe do magistério dos suplementaristas, nós apresentamos a seguinte emenda: (Lê)

#### EMENDA à Proposição n. 16-70

Na Proposta da Emenda à Constituição do Estado, INCLUA-SE, no Capítulo VI, Título V, "Das Disposições Gerais e Transitórias", o seguinte:

Art. 150 —

§ —

— E assegurada efetivação aos professores de ensino médio, suplementaristas, não licenciados, portadores de registro definitivo no Ministério de Educação e Cultura, adquirido através do curso da "Cades", bem como aos professores licenciados, suplementaristas, que contem à data da promulgação desta Constituição, 5 (cinco) anos de magistério. Salas das Sessões, 19 de fevereiro de 1970.

(a) Olavo Ferreira

O registro definitivo do Magistério de Educação e Cultura será adquirido através do curso da CADES. Se eles estiverem presentes ao curso, se eles adquirirem um registro definitivo através do Ministério, porque sem condições de lecionar, o Ministério nunca daria o registro definitivo a um professor que não estivesse em condições depois de ter passado por todos os testes e exames exigidos pela CADES. Posso afirmar aos nobres Deputados que o curso da CADES e o teste por eles submetido aos professores suplementaristas, é como se fosse um verdadeiro concurso. Então, sr. Presidente, estes professores que têm mais de 5 anos de magistério e que têm um curso da CADES e registro definitivo, devem obter do Estado a sua efetivação.

O sr. Silvio Barros — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nosso aparte não poderia acrescentar nada à brilhante defesa que V. Exa. vem fazendo do professor suplementarista. Caberia dizer, sr. Presidente, que a emenda proposta por V. Exa. é a segunda que chegará à Comissão, uma vez que já subscrevemos uma emenda cujo objetivo é o mesmo. Nós nos sentimos, nesta oportunidade, honrados e satisfeitos, porque vemos adunada a nossa emenda, mais a defesa brilhante de V. Exa. A emenda se encontra para análise junto à Comissão Especial, e desejava, tão somente, dizer a V. Exa. que fundamentamos a emenda com base nas afirmativas feitas desta tribuna, que ao se promulgar a Constituição, normalmente concede-se liberalidades às classes que não foram inteiramente atendidas, e nesta Constituição, neste aviso que recebemos, nas disposições transitórias, nós verificamos em vários artigos, liberalidades concedidas a todas as classes, porém, aqui excluídas a liberalidade ao professor suplementarista. O sr. Deputado Relator nos diz que a emenda será apreciada juntamente com as outras, e nós temos recebido até a presente data mais de 60 telegramas e rádios de professores, associações, de Prefeituras, de Câmaras Municipais, todos eles se pondo ao lado daquela iniciativa, todos eles defendendo, com a mesma propriedade com que defende V. Exa., o direito universal de equidade que possuem os professores suplementaristas do Estado do Paraná, hoje desamparados e para nossa surpresa, a Constituição, no parágrafo único do Artigo 152, das Disposições Transitórias, diz o seguinte: "fica assegurada aos professores suplementaristas, contratados por mais de quatro anos consecutivos, a preferência de nomeação, se habilitados em concurso". O que equivale ao zero absoluto, ao nada. Portanto esta emenda foi nascida de uma que propusimos na Constituição de 1967, e que houve por bem aquela Comissão, dar parecer favorável. Todavia, não foram abertos os concursos e nem serão jamais, e o claro, o definitivo, o absolutamente necessário, nesta hora, é a emenda que propõe V. Exa. e igualmente a emenda que propusimos, e que contou com a grande maioria de assinaturas de Deputados desta Assembleia, e assim estamos formando um grupo de Deputados dispostos a não desistir e lutar para defesa do professor suplementarista, acima de tudo, porque é ele incorporado ao processo educacional do Paraná, é o homem que, acima de tudo, tem também seu orçamento, os seus problemas pessoais, porque os proventos do magistério fazem parte do seu orçamento e não podem, absolutamente, a cada minuto, sofrer através de portarias, cujo valor é discutível, tal como a última baixada pela Secretaria de Educação, que deu ao professor suplementarista o direito eventual de dar 10 aulas durante o período escolar.

Entendemos que estamos no caminho certo, defendendo aqueles que, fazendo parte do Magistério, dão o melhor de sua vida e concorrem para a melhoria das condições educacionais da juventude.

Grato pelo aparte que V. Exa. me concedeu.

O SR. OLAVO FERREIRA — Eu que agradeço a V. Exa.

O sr. Alencar Furtado — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre deputado Olavo Ferreira, o professor suplementarista tem sido marginalizado no Magistério do Paraná, desprestigiado do Governo. O ano passado, V. Exa. é testemunha e a Casa inteira também, da luta que travamos, nós e outros Deputados desta Casa, V. Exa. enfileirou conosco, no sentido da criação do Quadro Próprio do professor suplementarista, bem como daquelas outras categorias de servidores que se encontram desprestigiadas e desprotegidas de fixação jurídica a seu favor, de qualquer suporte legal, como o caso das serventes das escolas.

O ano passado, o sr. Secretário de Educação, na visita que nos fez, nesta Casa, na 2ª. Secretaria, prometeu que o Governo encaminharia, à Assembleia, até o mês de novembro próximo passado, a mensagem do Quadro Próprio do professor suplementarista do Estado. Estamos no fim de fevereiro de 70 e essa mensagem não chegou ainda a esta Casa. E, portanto, oportuna a emenda de V. Exa., porque daria, pelo menos, normas com caráter obrigatório para a criação do Quadro Próprio dos professores suplementaristas.

Quero, no ensejo, congratular-me com V. Exa. e com o brilhante colega de bancada, deputado Silvio Barros, porque estão apenas resmungando a luta, que sei, da Casa inteira, em favor dos suplementaristas, que deram e dão o melhor de seus dias em favor da educação.

Mas, ao final de meu aparte, como membro da Comissão, quero prestar um pequeno esclarecimento ao deputado Silvio Barros, no que tange, à fixação, neste Parágrafo Único do Artigo 152 da Constituição. E que a Casa toda deve estar lembrada da emenda proposta, em 67, pelo nobre deputado Silvio Barros, mas como estávamos apenas emendando a Constituição e como o Parágrafo Único não merecia ser emendado, ele continuou como se encontrava. Congratulo-me com V. Exa. pela emenda que hoje apresenta.

O SR. OLAVO FERREIRA — Obrigado. Esta Casa tem obrigação de, na aprovação da Constituição, fazer com que o professor suplementarista deixe de ser marginalizado.

Sr. Presidente, o professor licenciado e que há mais de cinco anos leciona e não prestou concurso, já adquiriu o direito de ser efetivado. Tem todas as condições para ser efetivado. Já frequentou a Faculdade de Filosofia, já, há cinco anos, colocou-se em prova, eficientemente, com as aulas ministradas. Mais um motivo para que, de imediato, através desta emenda, sejam efetivados.

Sr. Presidente, apresentamos esta emenda da maneira mais completa possível e, como bem disse o deputado Silvio Barros, tanto a emenda dele como a nossa, certamente, deverão ser cuidadosamente estudadas pela Comissão. Todos nós, todos os Deputados, homens do interior, e que vamos buscar os votos, em épocas eleitorais, dos professores suplementaristas, daqueles que ajudaram na formação educacional de nossos filhos, na hora da aprovação das emendas deveremos lembrar de que cabe a esta Casa não deixar marginalizada esta classe de professores, que muito tem contribuído para a educação dos filhos do Paraná.

Portanto, é a emenda que apresentamos, na certeza de que o Relator, professor ilustre que é, irá colocar toda sua inteligência e todo seu coração, na certeza de que irá com sua voz fluente e capaz, fazer com que os demais membros da Comissão se convençam de que ele, como professor também, advoga uma causa nobre. Que esta classe se veja justificada, através da aprovação constitucional que, pela vontade de Deus, iremos fazer na próxima semana. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a hora do Expediente. Com a presença de 34 srs. Deputados, passa-se à

#### ORDEM DO DIA

A Presidência comunica aos srs. Deputados que está marcada para o dia 25, às 16 horas, Sessão Solene em que será outorgado o título de Cidadão Honorário ao sr. Isaac Nahon. A saudação será feita pelo deputado Brondy Silvério, autor do projeto. A Presidência, desde já convida os srs. Deputados, do inter teo ETAOI SHRDL ETAOIN tados para a solenidade em questão.

A Presidência dá ciência aos srs. Deputados, do inteiro teor do ofício recebido do governador Paulo Pimentel: (Lê):

"ESTADO DO PARANÁ  
Gabinete do Governador

Curitiba, 19 de fevereiro de 1970.

Ofício n. 9-70.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n. 005-70, dessa Presidência e acatando as razões nele expendidas, comunico a Vossa Excelência minha decisão, com base nos preceitos constitucionais específicos, concordando com a prorrogação, até o final do corrente mês, do período da convocação extraordinária dessa augusta Assembleia Legislativa, nos termos da Mensagem Governamental n. 1-70, de 14 de janeiro próximo passado.

Valho-me do ensejo para reiterar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) PAULO PIMENTEL — Governador do Estado

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, emendas de autoria dos srs. deputados Igo Lasso e Pinto Dias, ao Projeto de Reforma à Constituição, constantes do Expediente. — A Comissão Especial de Reforma à Constituição.

Emenda de autoria do sr. deputado Olavo Ferreira: lida da tribuna, ao Projeto de Reforma à Constituição. — A Comissão Especial de Reforma à Constituição.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme boletim avulso já distribuído aos srs. Deputados: Redação Final — do Projeto de Lei n. 244-69, denominando "Ginásio Estadual Humberto de Alencar Castelo Branco", o atual Ginásio Estadual "Carmo Cascardo" do Município de Japira. — Aprovado.

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 244-69

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O Ginásio Estadual "Carmo Cascardo", do Município de Japira, passa a denominar-se "Ginásio Estadual Humberto de Alencar Castelo Branco".

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(aa) Ivo Tomazoni — Presidente

Agnaldo Pereira Lima — Relator

Olívir Gabardo

O SR. PRESIDENTE — Encontra-se em visita a este Plenário, o sr. Dalton Paranaíba, prefeito municipal da cidade de Londrina, e os vereado-

res Paulo Vieira de Camargo e Egidio Assmann. A Presidência manifesta toda sua honra em recebê-los.

3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 272-69, Mensagem Governamental n. 56-69, que objetiva transferir à Empresa Paranaense de Turismo "PARA-NATUR" os imóveis que especifica, de propriedade do Estado. — Parecer favorável da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 447-68, de autoria do dep. Miguel Diniz, apresentado, em 16-12-68, declarando de Utilidade Pública o "Primeiro Grupo de Cientistas Cristãos de Curitiba", com sede nesta Capital. — Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 261-69, de autoria do dep. Túlio Vargas, que declara de Utilidade Pública a Associação de Propaganda "APP", — com sede e foro em Curitiba. — Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado artigo por artigo.

1a. Discussão — do Projeto de Lei n. 148-69, de autoria do dep. Ovidio Franzoni, criando uma Escola Normal de Grau Colegial, na sede do Município de Japurá, para funcionar no ano letivo de 1.970. — Pareceres favoráveis das C.C.J., C.I.P. e C.F. — Aprovado.

**PROJETO DE LEI N. 148-69**

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1.º — Pica o Poder Executivo autorizado a criar uma escola normal de grau colegial, na sede do município de Japurá, para funcionar no ano letivo de 1970.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1969

(a) Ovidio Franzoni

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**PARECER ao Projeto de Lei n. 148-69**

O presente plano de Lei, de autoria do ilustre deputado Ovidio Franzoni, visa a criação de uma escola normal de grau colegial, na cidade de Japurá.

O projeto é meramente autorizatório razão porque não fere qualquer dispositivo de ordem legal e constitucional.

Em tais condições é o parecer favorável a aprovação do Projeto em epígrafe, S.M.J..

Sala das Comissões, em 24 de setembro de 1.969

(aa) Emilio Carazzai — Presidente

Olivir Gabardo — Relator

Ernesto Moro, Luiz Renato Malucelli, Antônio Lopes Júnior

**COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA**

**PARECER ao Projeto de Lei n. 148-69**

1. Objetiva o nobre Deputado Ovidio Franzoni, através do presente plano de lei, autorizar o Poder Executivo a criar uma Escola Normal de grau colegial, na sede do Município de Japurá, para funcionar no ano letivo de 1.970.

2. O projeto passou pelo exame da douta Comissão de Constituição e Justiça, onde recebeu Parecer favorável, conforme se vê as folhas 2.

3. Convence-nos a justificativa do Autor, justificando, também, a oportunidade da apresentação da presente proposição.

Em face de tais considerações, somos pela sua aprovação.

E o Parecer.

(aa) David Federmann — Presidente

Olivir Gabardo — Relator

**COMISSÃO DE FINANÇAS**

**PARECER ao Projeto de Lei n. 148-69**

Em se tratando de um projeto de lei meramente autorizatório, esta Comissão não encontra qualquer impedimento de ordem financeira que se lhe anteponha.

Assim sendo, nosso parecer é pela sua aprovação, visto a iniciativa de lei ficar na dependência do Senhor Governador de sancioná-la ou vetá-la.

Parecer favorável, pois.

Sala das Comissões, em 29 de janeiro de 1.970

(aa) Leopoldo Jacomé — Presidente

Roberto Galvani — Relator

João Mansur

Discussão Única — da Proposição n. 69-57 — Mensagem Governamental n. 83-57, encaminhando Convênio firmado entre o Estado do Paraná e a Prefeitura Municipal de Quatiguá, através de D.A.E., para a execução de Obras de Saneamento naquela cidade. — Parecer da C.C.J. pelo Arquivamento.

— Aprovado o Parecer.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**PROPOSIÇÃO N. 69-57**

**PARECER**

O Governo do Estado pretendia, pela Mensagem Governamental n. 69-57, de 8 de junho de 1967, firmar convênio, através do D.E.A., com a Prefeitura Municipal de Quatiguá, para a execução de obras de saneamento naquela cidade. Pelo decurso de tempo e por acreditarmos que as obras objetivadas na referida Mensagem Governamental já foram executadas, ou constam do plano de obras do Estado, opinamos pelo arquivamento da presente Proposição.

E o nosso Parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 19 de novembro de 1969

(aa) Emilio Carazzai — Presidente

Abraão Miguel — Relator

Ivo Tomazoni, Haroldo Bianchi, Silvio Barros

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. deputado Alencar Furtado, constante do Expediente, solicitando o encaminhamento de apelo aos srs. Governador do Estado e Prefeito Municipal de Curitiba. — Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, convocando outra para amanhã, sexta-feira, dia 20, às 10,00 horas com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

Redação Final — do Projeto de Resolução n. 26-69, e dos Projetos de Lei ns. 106-69, 6-70, 374-68;

3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 261-69;

2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 148-69;

1a. Discussão — do Projeto de Lei n. 123-69;

Discussão Única — da Proposição n. 375-68.

Levanta-se a Sessão.